

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	151.998
Preferenciais	110.098
Total	262.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	37.966.000	35.861.000
1.01	Ativo Circulante	7.458.000	7.623.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.524.000	2.355.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	250.000	285.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	249.000	279.000
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	249.000	279.000
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.000	6.000
1.01.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.000	6.000
1.01.03	Contas a Receber	3.598.000	3.625.000
1.01.03.01	Clientes	3.598.000	3.625.000
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	3.598.000	3.625.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	811.000	704.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	811.000	704.000
1.01.06.01.01	Tributos Sobre o Lucro a Recuperar	135.000	49.000
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	676.000	655.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.275.000	654.000
1.01.08.03	Outros	1.275.000	654.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	40.000	59.000
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	490.000	0
1.01.08.03.05	Outros Ativos Circulantes	745.000	595.000
1.02	Ativo Não Circulante	30.508.000	28.238.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.037.000	26.707.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	62.000	64.000
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	62.000	64.000
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.000	0
1.02.01.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	3.000	0
1.02.01.04	Contas a Receber	404.000	169.000
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	404.000	169.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.568.000	26.474.000
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	122.000	173.000
1.02.01.10.04	Tributos sobre o lucro a recuperar	252.000	241.000
1.02.01.10.05	Outros Tributos a Recuperar	795.000	873.000
1.02.01.10.07	Depósitos Judiciais	982.000	944.000
1.02.01.10.09	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	802.000	20.867.000
1.02.01.10.10	Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	3.582.000	3.353.000
1.02.01.10.11	Outros Ativos Não Circulantes	33.000	23.000
1.02.03	Imobilizado	53.000	43.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	53.000	43.000
1.02.03.02.01	Direito de Uso	53.000	43.000
1.02.04	Intangível	23.418.000	1.488.000
1.02.04.01	Intangíveis	23.418.000	1.488.000
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	23.418.000	1.488.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	37.966.000	35.861.000
2.01	Passivo Circulante	6.210.000	6.384.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	221.000	310.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	221.000	310.000
2.01.01.02.01	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	221.000	310.000
2.01.02	Fornecedores	1.490.000	1.593.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.000	26.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.000	26.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	31.000	26.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.027.000	2.374.000
2.01.05	Outras Obrigações	2.260.000	1.934.000
2.01.05.02	Outros	2.260.000	1.934.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	338.000	116.000
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	21.000	16.000
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	193.000	141.000
2.01.05.02.06	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	0	82.000
2.01.05.02.07	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	404.000	438.000
2.01.05.02.08	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	316.000	316.000
2.01.05.02.09	Outros Passivos Circulantes	988.000	825.000
2.01.06	Provisões	181.000	147.000
2.02	Passivo Não Circulante	23.441.000	21.629.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.267.000	17.934.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.593.000	2.280.000
2.02.02.02	Outros	2.593.000	2.280.000
2.02.02.02.03	Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	90.000	85.000
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	38.000	32.000
2.02.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	536.000	265.000
2.02.02.02.06	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	113.000	95.000
2.02.02.02.07	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	343.000	470.000
2.02.02.02.08	Imposto Corrente Passivo Longo Prazo	1.000	1.000
2.02.02.02.09	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	839.000	793.000
2.02.02.02.10	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	460.000	395.000
2.02.02.02.11	Outros Passivos Não Circulantes	173.000	144.000
2.02.03	Tributos Diferidos	1.293.000	1.096.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.293.000	1.096.000
2.02.04	Provisões	288.000	319.000
2.03	Patrimônio Líquido	8.315.000	7.848.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.988.000	2.988.000
2.03.02	Reservas de Capital	356.000	356.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.872.000	4.872.000
2.03.04.01	Reserva Legal	562.000	562.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.331.000	2.331.000
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.979.000	1.979.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	478.000	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-379.000	-368.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.856.000	9.795.000	4.592.000	8.789.000
3.01.01	Receita Bruta	6.436.000	12.969.000	6.011.000	11.650.000
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-1.580.000	-3.174.000	-1.419.000	-2.861.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.443.000	-6.880.000	-3.254.000	-6.004.000
3.02.01	Custos com Energia Elétrica	-1.899.000	-3.858.000	-1.832.000	-3.389.000
3.02.02	Custos de Construção	-1.043.000	-2.027.000	-981.000	-1.724.000
3.02.03	Custos de Operação	-501.000	-995.000	-441.000	-891.000
3.03	Resultado Bruto	1.413.000	2.915.000	1.338.000	2.785.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-325.000	-628.000	-302.000	-573.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-49.000	-88.000	-50.000	-87.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-221.000	-436.000	-207.000	-390.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-55.000	-104.000	-45.000	-96.000
3.04.05.01	Perdas de Créditos Esperadas	-55.000	-104.000	-45.000	-96.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.088.000	2.287.000	1.036.000	2.212.000
3.06	Resultado Financeiro	-693.000	-1.360.000	-467.000	-1.028.000
3.06.01	Receitas Financeiras	114.000	217.000	74.000	143.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	114.000	217.000	64.000	143.000
3.06.01.02	Outros Resultados Financeiros, Líquidos	0	0	10.000	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-807.000	-1.577.000	-541.000	-1.171.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-721.000	-1.405.000	-541.000	-1.099.000
3.06.02.02	Outros Resultados Financeiros, Líquidos	-86.000	-172.000	0	-72.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	395.000	927.000	569.000	1.184.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-54.000	-180.000	152.000	25.000
3.08.01	Corrente	22.000	22.000	161.000	144.000
3.08.02	Diferido	-76.000	-202.000	-9.000	-119.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	341.000	747.000	721.000	1.209.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	341.000	747.000	721.000	1.209.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,26	2,76	2,67	4,47
3.99.01.02	PNA	1,26	2,76	2,67	4,47
3.99.01.03	PNB	1,39	3,04	2,93	4,92

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	341.000	747.000	721.000	1.209.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.000	-11.000	5.000	57.000
4.02.01	Obrigações com Benefícios à Empregados - Não Reclassificado para o Resultado	14.000	14.000	0	14.000
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa - Não Reclassificado para o Resultado	0	0	0	-2.000
4.02.03	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes - Não Reclassificado para o Resultado	-5.000	-5.000	0	-5.000
4.02.04	Hedge de Fluxo de Caixa - Reclassificado para o Resultado	-17.000	-30.000	8.000	75.000
4.02.05	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes - Reclassificado para o Resultado	6.000	10.000	-3.000	-25.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	339.000	736.000	726.000	1.266.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	118.000	1.117.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.258.000	2.174.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	747.000	1.209.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	568.000	519.000
6.01.01.03	Baixa de Ativos Não Circulantes	36.000	27.000
6.01.01.04	Tributos sobre o Lucro	180.000	-25.000
6.01.01.05	Resultado Financeiro, Líquido	1.360.000	1.028.000
6.01.01.06	Valor de Reposição Estimado da Concessão	-633.000	-584.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.140.000	-1.057.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	-144.000	-169.000
6.01.02.02	Fornecedores e Contas Pagar de Empreiteiros	-123.000	86.000
6.01.02.03	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar, Líquidos	-75.000	-90.000
6.01.02.04	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, Líquidos (Parcela A e Outros)	-499.000	209.000
6.01.02.05	Outros Tributos a Recolher e Encargos Setoriais, Líquidos	-147.000	-155.000
6.01.02.06	Provisões, Líquidas dos Depósitos Judiciais	-61.000	-66.000
6.01.02.07	Outros Ativos e Passivos, Líquidos	-94.000	-76.000
6.01.02.08	Encargos de Dívidas Pagos	-907.000	-672.000
6.01.02.09	Instrumentos Derivativos Recebidos (Pagos), Líquidos	-207.000	-129.000
6.01.02.10	Rendimento de Aplicação Financeira	131.000	59.000
6.01.02.11	Juros Pagos – Arrendamentos	-3.000	-3.000
6.01.02.12	Tributos sobre o Lucro Pagos	-11.000	-51.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.003.000	-1.767.000
6.02.02	Concessão Serviço Público (Ativo Contratual)	-2.055.000	-1.776.000
6.02.03	Aplicação de Títulos e Valores Mobiliários	-964.000	-83.000
6.02.04	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	1.016.000	92.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.054.000	-445.000
6.03.02	Captção de Empréstimos e Financiamentos	3.164.000	1.094.000
6.03.03	Pagamento dos Custos de Captação	-55.000	-42.000
6.03.04	Amortização de Principal dos Empréstimos e Financiamentos	-2.073.000	-1.714.000
6.03.05	Depósitos em Garantias	-1.000	22.000
6.03.06	Obrigações Especiais	23.000	60.000
6.03.07	Pagamento de Principal – Arrendamentos	-8.000	-8.000
6.03.08	Instrumentos Derivativos Recebidos, Líquidos	4.000	224.000
6.03.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos aos Acionistas	0	-81.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-831.000	-1.095.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.355.000	1.525.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.524.000	430.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.988.000	356.000	4.872.000	0	-368.000	7.848.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.988.000	356.000	4.872.000	0	-368.000	7.848.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-269.000	0	-269.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-269.000	0	-269.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	747.000	-11.000	736.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	747.000	0	747.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.000	-11.000
5.05.02.07	Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos	0	0	0	0	9.000	9.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	-20.000	-20.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.988.000	356.000	4.872.000	478.000	-379.000	8.315.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.988.000	356.000	4.456.000	0	-376.000	7.424.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.988.000	356.000	4.456.000	0	-376.000	7.424.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-229.000	0	-229.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-229.000	0	-229.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.209.000	57.000	1.266.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.209.000	0	1.209.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	57.000	57.000
5.05.02.07	Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos	0	0	0	0	9.000	9.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	48.000	48.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.988.000	356.000	4.456.000	980.000	-319.000	8.461.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	12.936.000	11.631.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.969.000	11.650.000
7.01.02	Outras Receitas	71.000	77.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-104.000	-96.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.680.000	-5.796.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.245.000	-3.712.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.389.000	-2.038.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-46.000	-46.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.256.000	5.835.000
7.04	Retenções	-568.000	-519.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-568.000	-519.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.688.000	5.316.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.260.000	914.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.260.000	914.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.948.000	6.230.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.948.000	6.230.000
7.08.01	Pessoal	508.000	480.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	331.000	309.000
7.08.01.02	Benefícios	157.000	153.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.000	18.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.055.000	2.588.000
7.08.02.01	Federais	1.631.000	1.141.000
7.08.02.02	Estaduais	1.404.000	1.432.000
7.08.02.03	Municipais	20.000	15.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.638.000	1.953.000
7.08.03.01	Juros	2.638.000	1.953.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	747.000	1.209.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	269.000	229.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	478.000	980.000

Comentário do Desempenho



Salvador, 21 de julho de 2026 – Neoenergia Coelba anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre e primeiro semestre de 2026 (2T26 e 6M26).

DESTAQUES (R\$ MM) 2T26	2T26	2T25	Δ %	6M26	6M25	Δ %
Margem Bruta	1.841	1.736	6%	3.775	3.583	5%
EBITDA	1.371	1.292	6%	2.836	2.714	4%
EBITDA Caixa	1.086	1.054	3%	2.203	2.130	3%
Resultado Financeiro	(693)	(467)	48%	(1.360)	(1.028)	32%
Lucro Líquido	341	721	(53%)	747	1.209	(38%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	7.906	7.554	4,7%	15.844	15.343	3,3%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	6.485	6.438	0,7%	12.949	12.762	1,5%
Número de Clientes (mil)	6.986	6.829	2,3%			
DEC anualizado (horas)	9,67	9,49	0,02			
FEC anualizado (interrupções)	3,96	3,83	0,03			
Perdas de Distribuição (%)	15,80%	15,86%	(0,06 p.p.)			

Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2T26	2025	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	3,73	3,39	0,34
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 7.906 GWh no 2T26 (+4,7% vs. 2T25) e de 15.844 GWh no 6M26 (+3,3% vs. 6M25).
- EBITDA de R\$ 1.371 milhões no trimestre (+6% vs. 2T25) e de R\$ 2.836 milhões no acumulado (+4% vs. 6M25). EBITDA Caixa (ex- VNR) de R\$ 1.086 milhões no 2T26 (+3% vs. 2T25) e de R\$ 2.203 milhões no 6M26 (+3% vs. 6M25).
- R\$ 1.919 milhões de Capex no 6M26, maior parte dedicada à expansão da rede.
- Perdas totais 12 meses de 15,80%, enquadradas no limite regulatório de 16,88%.
- PECLD/ROB de 1,08% no 2T26, abaixo do seu limite regulatório de 1,25%.
- DEC de 9,67h (abaixo do regulatório de 11,47h) e FEC de 3,96x (abaixo do regulatório de 5,94x).
- Assinatura do termo aditivo da Antecipação da Renovação da Concessão de Neoenergia Coelba até ago/57.

Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026

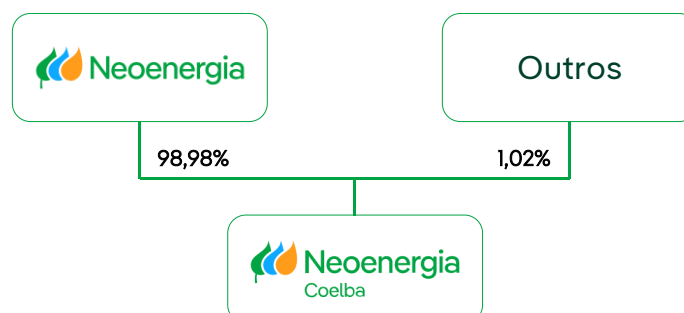


1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Coelba detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, abrangendo uma área de concessão de 567 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 30 de junho de 2026, a estrutura societária da Neoenergia Coelba era a seguinte:



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	4.498	4.311	187	4%	9.027	8.112	915	11%
Custos Com Energia	(2.942)	(2.813)	(129)	5%	(5.885)	(5.113)	(772)	15%
Margem Bruta s/ VNR	1.556	1.498	58	4%	3.142	2.999	143	5%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	285	238	47	20%	633	584	49	8%
Margem Bruta	1.841	1.736	105	6%	3.775	3.583	192	5%
Despesa Operacional	(415)	(399)	(16)	4%	(835)	(773)	(62)	8%
PECLD	(55)	(45)	(10)	22%	(104)	(96)	(8)	8%
EBITDA	1.371	1.292	79	6%	2.836	2.714	122	4%
Depreciação	(283)	(256)	(27)	11%	(549)	(502)	(47)	9%
Resultado Financeiro	(693)	(467)	(226)	48%	(1.360)	(1.028)	(332)	32%
IR CS	(54)	152	(206)	N/A	(180)	25	(205)	N/A
LUCRO LÍQUIDO	341	721	(380)	(53%)	747	1.209	(462)	(38%)
EBITDA Caixa	1.086	1.054	32	3%	2.203	2.130	73	3%

A Neoenergia Coelba apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 1.556 milhões no 2T26 (+4% vs. 2T25), explicado pelos maiores volumes, parcialmente compensado pelo impacto negativo da variação da parcela B de -2,01% do reajuste de abril/26. No 6M26, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 3.142 milhões (+5% vs. 6M25), também em virtude dos maiores volumes, além do impacto positivo da variação da parcela B de +8,1% no reajuste de abril/25.

A margem bruta foi de R\$ 1.841 milhões no 2T26 (+6% vs. 2T25) e de R\$ 3.775 milhões no 6M26 (+5% vs. 6M25), em razão dos efeitos supracitados, além do maior VNR no ano. Vale destacar o efeito positivo no 2T25 em razão de *one-off* de BRR no valor de R\$ 78 milhões.

Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



As despesas operacionais contabilizaram R\$ 415 milhões no 2T26 (+4% vs. 2T25), em linha com a inflação. No 6M26 foi de R\$ 835 milhões (+8% vs. 6M25), explicado por maiores gastos para execução das ações de cobrança e do plano de corte.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 55 milhões (+22% vs. 2T25) e, no acumulado, totalizou R\$ 104 milhões (+8% vs. 6M25). Quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) do 2T26, ele encerrou em 1,08%, abaixo do seu limite regulatório, de 1,25%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 1.371 milhões no trimestre (+6% vs. 2T25) e de R\$ 2.836 milhões no acumulado (+4% vs. 6M25). O EBITDA Caixa (ex- VNR) no 2T26 foi de R\$ 1.086 milhões (+3% vs. 2T25) e no 6M26 foi de R\$ 2.203 milhões (+3% vs. 6M25).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 693 milhões no 2T26 (vs. -R\$ 467 milhões no 2T25) e de -R\$ 1.360 milhões no 6M26 (vs. -R\$ 1.028 milhões no 6M25), em virtude do aumento dos encargos de dívida devido ao maior saldo médio, além do *one-off* positivo de R\$ 56 milhões no 2T25 referente à atualização monetária sobre os indêbitos.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 54 milhões (vs. R\$ 152 milhões no 2T25) e no acumulado foi de -R\$ 180 milhões, (vs. R\$ 25 milhões no 6M25). Vale destacar que no 2T25 houve o impacto positivo do indêbito tributário gerando crédito no valor de R\$ 274 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos indêbitos em função da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

O Lucro Líquido foi de R\$ 341 milhões no 2T26 (-53% vs. 2T25) e de R\$ 747 milhões no 6M26 (-38% vs. 6M25).

2.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	341	721	(380)	(53%)	747	1.209	(462)	(38%)
Despesas financeiras (B)	(721)	(541)	(180)	33%	(1.405)	(1.099)	(306)	28%
Receitas financeiras (C)	114	64	50	78%	217	143	74	52%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(86)	10	(96)	N/A	(172)	(72)	(100)	139%
Imposto de renda e contribuição social (E)	(54)	152	(206)	N/A	(180)	25	(205)	N/A
Depreciação e Amortização (F)	(283)	(256)	(27)	11%	(549)	(502)	(47)	9%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	1.371	1.292	79	6%	2.836	2.714	122	4%

Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



2.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	55	21	34	162%	131	59	72	122%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(721)	(472)	(249)	53%	(1.361)	(967)	(394)	41%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(27)	(16)	(11)	69%	(130)	(120)	(10)	8%
Juros, comissões e acréscimo moratório	39	33	6	18%	64	67	(3)	(4%)
Variações monetárias e cambiais - outros	12	55	(43)	(78%)	17	46	(29)	(63%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(8)	(4)	(4)	100%	(27)	(9)	(18)	200%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	20	(7)	27	N/A	8	(36)	44	N/A
Obrigações pós emprego	(22)	(22)	-	0%	(44)	(44)	-	0%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(68)	(71)	3	(4%)	(148)	(144)	(4)	3%
Total	(693)	(467)	(226)	48%	(1.360)	(1.028)	(332)	32%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 693 milhões no 2T26 (vs. -R\$ 467 milhões no 2T25) e de R\$ 1.360 milhões no 6M26 (vs. -R\$ 1.028 milhões no 6M25), explicado pelo aumento nos encargos da dívida, dado o seu maior saldo médio, devido às captações direcionadas para investimentos, e maior IPCA no período (36% do endividamento da companhia está atrelado a este indicador).

Vale destacar que no 2T25, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 56 milhões referentes a atualização monetária sobre os indébitos.

3. INVESTIMENTOS

No 6M26, a Neoenergia Coelba realizou Capex de R\$ 1.919 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão da rede, conforme tabela abaixo:

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Coelba		
	6M26	6M25	Δ %
Expansão de Rede	1.415	1.221	16%
Programa Luz para Todos	156	181	(14%)
Novas Ligações	707	591	20%
Novas SE's e RD's	552	448	23%
Renovação de Ativos	223	187	19%
Melhoria da Rede	96	101	(5%)
Perdas e Inadimplência	49	42	15%
Outros	134	153	(12%)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	175	101	74%
(=) Investimento Bruto	2.092	1.805	16%
SUBVENÇÕES	2	(54)	N/A
(=) Investimento Líquido	2.093	1.751	20%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(175)	(101)	74%
(=) CAPEX	1.919	1.650	16%
Base de Anuidade Regulatória	134	153	(12%)
Base de Remuneração Regulatória	1.783	1.551	15%

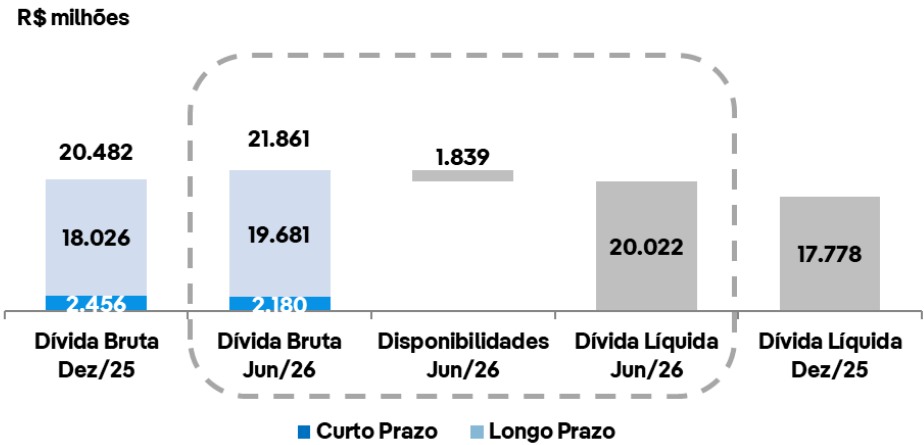
Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

Comentário do Desempenho

4. ESTRUTURA DE CAPITAL

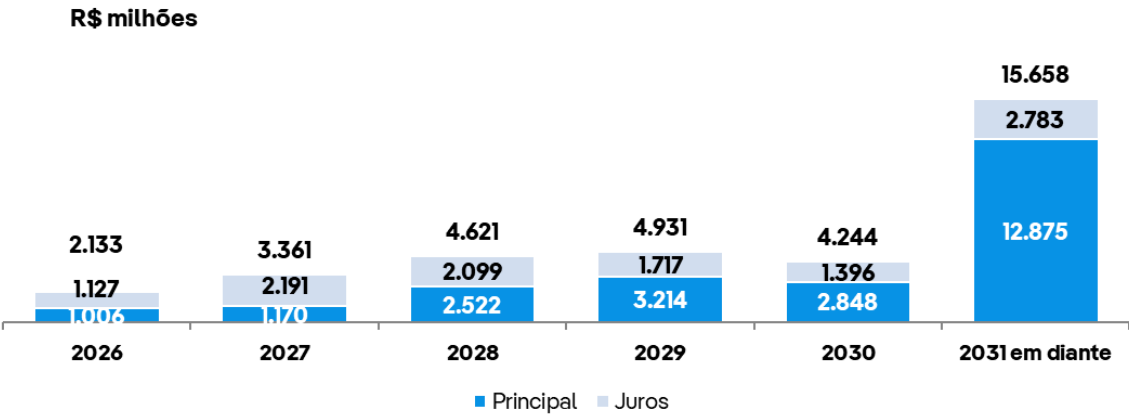
4.1. Perfil da Dívida

Em junho de 2026, a dívida líquida de Neoenergia Coelba, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 20.022 milhões (dívida bruta de R\$ 21.861 milhões), apresentando um crescimento de 13% (R\$ 2.244 milhões) em relação a dezembro de 2025. Em relação a segregação do saldo devedor, 90% da dívida está contabilizada no longo prazo e 10% no curto prazo.



4.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 30 de junho de 2026.



Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



5. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Coelba apresenta os resultados do 2T26 e 6M26 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras Intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	2T26	2T25	6M26	6M25	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	4.856	4.592	9.795	8.789	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(285)	(238)	(633)	(584)	Nota 3
(-) Outras receitas **	(73)	(43)	(135)	(93)	Nota 3.3
= RECEITA Operacional Líquida	4.498	4.311	9.027	8.112	
(+) Custos com energia elétrica	(1.899)	(1.832)	(3.858)	(3.389)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(1.043)	(981)	(2.027)	(1.724)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(2.942)	(2.813)	(5.885)	(5.113)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	285	238	633	584	Nota 3
= MARGEM BRUTA	1.841	1.736	3.775	3.583	
(+) Custos de operação	(501)	(441)	(995)	(891)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(49)	(50)	(88)	(87)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(221)	(207)	(436)	(390)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	283	256	549	502	Nota 6
(+) Outras receitas **	73	43	135	93	Nota 3.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(415)	(399)	(835)	(773)	
(+) PCE	(55)	(45)	(104)	(96)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.371	1.292	2.836	2.714	
(+) Depreciação e Amortização	(283)	(256)	(549)	(502)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(693)	(467)	(1.360)	(1.028)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(54)	152	(180)	25	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	341	721	747	1.209	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

(**) Exceto compensações regulatórias.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. ("Neoenergia Coelba" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Coelba e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Coelba.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Coelba sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	Três meses findos em		Seis meses findos em	
		30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Receita operacional, líquida	3	4.856	4.592	9.795	8.789
Custos		(3.443)	(3.254)	(6.880)	(6.004)
Custos com energia elétrica	4	(1.899)	(1.832)	(3.858)	(3.389)
Custos de construção	5	(1.043)	(981)	(2.027)	(1.724)
Custos de operação	6	(501)	(441)	(995)	(891)
Lucro bruto		1.413	1.338	2.915	2.785
Perdas de créditos esperadas	10.2	(55)	(45)	(104)	(96)
Despesas com vendas	6	(49)	(50)	(88)	(87)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(221)	(207)	(436)	(390)
Lucro operacional		1.088	1.036	2.287	2.212
Resultado financeiro	7	(693)	(467)	(1.360)	(1.028)
Receitas financeiras		114	64	217	143
Despesas financeiras		(721)	(541)	(1.405)	(1.099)
Outros resultados financeiros, líquidos		(86)	10	(172)	(72)
Lucro antes dos tributos		395	569	927	1.184
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(54)	152	(180)	25
Corrente		22	161	22	144
Diferido		(76)	(9)	(202)	(119)
Lucro líquido do período		341	721	747	1.209
Lucro básico e diluído por ação – R\$	18.2 (a)				
Ordinária		1,26	2,67	2,76	4,47
Preferencial A		1,26	2,67	2,76	4,47
Preferencial B		1,39	2,93	3,04	4,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro líquido do período	341	721	747	1.209
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	14	-	14	14
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(2)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(5)	-	(5)	(5)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	9	-	9	7
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	(17)	8	(30)	75
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	6	(3)	10	(25)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(11)	5	(20)	50
Outros resultados abrangentes do período, líquido dos tributos	(2)	5	(11)	57
Resultado abrangente do período	339	726	736	1.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	30/jun/25
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	747	1.209
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	568	519
Baixa de ativos não circulantes	36	27
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	180	(25)
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	1.360	1.028
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(633)	(584)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(144)	(169)
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	(123)	86
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(75)	(90)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(499)	209
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(147)	(155)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(61)	(66)
Outros ativos e passivos, líquidos	(94)	(76)
Caixa gerado nas operações	1.115	1.913
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(907)	(672)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(207)	(129)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	131	59
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos	(11)	(51)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	118	1.117
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(2.055)	(1.776)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(964)	(83)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.016	92
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.003)	(1.767)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	3.164	1.094
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(55)	(42)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(2.073)	(1.714)
Depósitos em garantias	(1)	22
Obrigações especiais	23	60
Pagamento de principal - Arrendamentos	(8)	(8)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3 (b))	4	224
Remuneração paga aos acionistas	-	(81)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	1.054	(445)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período	(831)	(1.095)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.355	1.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.524	430
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	35	24
Arrendamentos capitalizados	19	3
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	2	5

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/jun/26	31/dez/25
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.524	2.355
Contas a receber de clientes e outros	10	3.598	3.625
Títulos e valores mobiliários		250	285
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	40	59
Tributos sobre o lucro a recuperar		135	49
Outros tributos a recuperar		676	655
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	490	-
Outros ativos circulantes		745	595
Total do circulante		7.458	7.623
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	404	169
Títulos e valores mobiliários		65	64
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	122	173
Tributos sobre o lucro a recuperar		252	241
Outros tributos a recuperar		795	873
Depósitos judiciais	16.1 (c)	982	944
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	802	20.867
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	3.582	3.353
Outros ativos não circulantes		33	23
Direito de uso		53	43
Intangível	13	23.418	1.488
Total do não circulante		30.508	28.238
Total do ativo		37.966	35.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/jun/26	31/dez/25
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	1.490	1.593
Empréstimos e financiamentos	15.2	2.027	2.374
Passivo de arrendamento		21	16
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	193	141
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	17	221	310
Tributos sobre o lucro a recolher		31	26
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	82
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		404	438
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.2	316	316
Dividendos e juros sobre capital próprio	18.2 (b)	338	116
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	181	147
Outros passivos circulantes		988	825
Total do circulante		6.210	6.384
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	90	85
Empréstimos e financiamentos	15.2	19.267	17.934
Passivo de arrendamento		38	32
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	536	265
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		113	95
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	1.293	1.096
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.2	343	470
Imposto corrente passivo longo prazo		1	1
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	288	319
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	17	839	793
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	460	395
Outros passivos não circulantes		173	144
Total do não circulante		23.441	21.629
Patrimônio líquido		8.315	7.848
Total do passivo e do patrimônio líquido		37.966	35.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
					Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.988	356	(368)	562	1.979	2.331	-	7.848
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	747	747
Outros resultados abrangentes	-	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 18.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(269)	(269)
Saldos em 30 de junho de 2026	2.988	356	(379)	562	1.979	2.331	478	8.315
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.988	356	(376)	562	2.129	1.765	-	7.424
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	1.209	1.209
Outros resultados abrangentes	-	-	57	-	-	-	-	57
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	(229)	(229)
Saldos em 30 de junho de 2025	2.988	356	(319)	562	2.129	1.765	980	8.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	30/jun/25
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	12.969	11.650
Outras receitas (*)	71	77
Perdas de créditos esperadas	(104)	(96)
Subtotal	12.936	11.631
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(4.245)	(3.712)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (*)	(2.389)	(2.038)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(46)	(46)
Subtotal	(6.680)	(5.796)
Valor adicionado bruto	6.256	5.835
Depreciação e amortização (*)	(568)	(519)
Valor adicionado líquido produzido	5.688	5.316
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	1.260	914
Subtotal	1.260	914
Valor adicionado total a distribuir	6.948	6.230
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	331	309
Benefícios	157	153
FGTS	20	18
Subtotal	508	480
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.631	1.141
Estaduais	1.404	1.432
Municipais	20	15
Subtotal	3.055	2.588
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	2.638	1.953
Subtotal	2.638	1.953
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	269	229
Lucros retidos	478	980
Subtotal	747	1.209
Valor adicionado distribuído	6.948	6.230

(*)Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – NEOENERGIA COELBA (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela NEOENERGIA S/A (NEOENERGIA), listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 10/1997 - ANEEL com vencimento em 2027.

Em 06 de maio de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) assinou a antecipação da renovação da concessão, assegurando o direito de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, com vigência entre 31 de dezembro de 2027 e 31 de dezembro de 2057.

A Neoenergia Coelba reafirma seu compromisso com a entrega de um serviço eficiente, sustentável e alinhado às melhores práticas do setor elétrico, garantindo qualidade contínua para consumidores cativos e livres, com atuação desde 1997.

1.1 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

O novo contrato que formaliza a antecipação da renovação da área de concessão consolida o modelo que alinha incentivos à eficiência operacional e à modicidade tarifária, ao mesmo tempo em que reforça a previsibilidade regulatória e a segurança jurídica para os investimentos de longo prazo no setor elétrico, gerando principalmente maior transparência na estrutura tarifária e melhor equilíbrio econômico-financeiro.

Adicionalmente, existe a opcionalidade por parte da Companhia de regime alternativo de regulação da parcela B, que serão baseados em anuidade regulatória, com estímulo à eficiência, inovação e modernização da infraestrutura. Contudo, os requisitos dessa modulação ainda serão definidos pela ANEEL.

As informações sobre os riscos do contrato de concessão da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 1.2.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



1.2 Gestão de riscos regulatórios

(a) Ambiente regulatório

A Companhia está sujeita à aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão explicitou a vedação à Companhia praticar condutas anticoncorrenciais observada a legislação e a regulação da ANEEL, em especial no que se refere à abertura de mercado (clientes livres) ou em qualquer outra situação cuja conduta seja caracterizada como anticompetitiva ou abuso de poder de mercado, inclusive quando envolver partes relacionadas.

(b) Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O novo termo aditivo ao contrato de concessão permite a alteração de modelo de regulação econômica e riscos associados, seguindo o rito regulatório específico e precedida de concordância da concessionária.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão explicitou a vedação à prática de condutas anticoncorrenciais, especialmente no contexto da abertura de mercado para consumidores livres, bem como em quaisquer situações que possam caracterizar condutas anticompetitivas ou abuso de poder de mercado, inclusive quando envolverem partes relacionadas. Essa medida reforça o compromisso da Companhia com a livre concorrência e com a promoção de um ambiente de mercado transparente e competitivo, em conformidade com a legislação vigente e a regulação da ANEEL.

(c) Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

A Companhia deve preservar, seja por previsão específica em seu Contrato de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão incluiu cláusula de Sustentabilidade econômica e financeira, a qual reflete os critérios e disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021 e já observados pela Companhia nos últimos anos. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores apurados nos últimos anos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(d) Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurada, dentre outros critérios regulatórios, por meio da apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.

Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, poderão ser adotadas medidas graduais de acompanhamento e fiscalização, incluindo a obrigatoriedade de apresentação de um plano de resultados para melhoria do desempenho. Em caso de descumprimento dos critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) dos 5 (cinco) anos civis anteriores, apurados isoladamente ou em conjunto, existe ainda a previsão de limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo para avaliação da eventual caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores poderá implicar na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão traz critérios de caducidade mais rígidos e a possibilidade de a ANEEL definir novos padrões, mediante rito regulatório prévio.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da Companhia no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

(e) Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

O contrato de concessão estabelece que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos à eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela Companhia são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. O novo termo aditivo ao contrato de concessão mantém a diretriz de investimento prudente e de incentivos à gestão eficiente dos custos de capital e de operação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das commodities (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

1.3 Gestão de riscos

Até 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes com relação às diretrizes e limites de Gestão de Riscos do Grupo, compostas pelas diretrizes de gestão dos riscos corporativos e pelas diretrizes de gestão dos riscos específicos de cada Negócio, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia, em 21 de julho de 2026.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.4 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Data de Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2027

Norma	Descrição da alteração	Data de Vigência
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 (CPC 51) também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial a IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos de clientes. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	01/01/2029, aplicação retrospectiva
IAS 28 (CPC 19): Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	As emendas visam esclarecer quais investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos podem ser mensurados ao valor justo, utilizando a opção prevista na IAS 28 (CPC 19). Tais alterações possuem escopo deliberadamente restrito, visando endereçar questões específicas levantadas pelos participantes do mercado, sem alterar práticas consolidadas nem gerar impactos indesejados em outras disposições das normas emitidas pelo IASB.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18 (CPC 51), encontrando-se atualmente em processo de avaliação dos potenciais efeitos desse normativo sobre suas demonstrações financeiras.

No que se refere à IFRS 20, a Companhia aguardará a correspondente emissão do pronunciamento técnico no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como sua adoção pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não obstante, estudos preliminares da Administração indicam que tal normativo não deverá gerar impactos significativos, uma vez que os principais contratos regulados potencialmente abrangidos já são tratados, para fins de reconhecimento e mensuração, em conformidade com a Orientação Técnica nº 8 (OCPC 8), que prevê o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios para concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em relação aos demais pronunciamentos emitidos ou em discussão no âmbito do IASB, com vigência em exercícios futuros, a Companhia acompanha sua evolução e, até o momento, não identificou potenciais impactos relevantes.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Fornecimento de energia (nota 3.1)	1.972	1.917	3.916	3.657
Disponibilidade da rede elétrica (1)	2.928	2.729	5.613	5.628
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	1.043	981	2.027	1.724
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(26)	50	14	52
Valor de reposição estimado da concessão (2)	285	238	633	584
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	169	60	655	(53)
Outras receitas (nota 3.3)	65	36	111	58
Receita operacional bruta	6.436	6.011	12.969	11.650
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(1.580)	(1.419)	(3.174)	(2.861)
Receita operacional, líquida	4.856	4.592	9.795	8.789

- (1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 2.485 nos três meses findos em 30 de junho de 2026 e R\$ 4.781 para seis meses findos em 30 de junho de 2026 (R\$ 2.346 nos três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 4.865 para seis meses findos em 30 de junho de 2025) e livres R\$ 443 para três meses findos em 30 de junho de 2026 e R\$ 832 para seis meses findos em 30 de junho de 2026 (R\$ 382 nos três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 763 para seis meses findos em 30 de junho de 2025); e
- (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR). Para os ativos transferidos para o Ativo Intangível conforme nota explicativa nº 13, a atualização monetária foi calculada até a data da assinatura do contrato.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Reajuste Tarifário Anual – RTA 2026

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 22 de abril de 2026, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – NEOENERGIA COELBA, com vigência a partir de 22 de abril de 2026, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.578/2026. O Reajuste Tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 5,85%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 10,21%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 4,19%.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	Três meses findos em			
	GWh (*)		R\$	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Residencial	2.015	2.023	1.870	1.981
Comercial	490	564	673	691
Industrial	48	61	138	131
Rural	648	776	333	349
Poder público	252	247	266	250
Iluminação pública	251	252	133	128
Serviços públicos	78	86	44	48
Consumo próprio	5	5	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	106	(80)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(2.373)	(2.225)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	782	644
Total	3.787	4.014	1.972	1.917

(*) Não revisado.

	Seis meses findos em			
	GWh (*)		R\$	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Residencial	4.147	4.153	3.787	4.035
Comercial	994	1.164	1.324	1.396
Industrial	98	126	250	265
Rural	1.173	1.315	606	649
Poder público	480	477	504	485
Iluminação pública	504	510	257	253
Serviços públicos	160	170	91	95
Consumo próprio	11	11	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	129	33
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(4.555)	(4.698)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	1.523	1.144
Total	7.567	7.926	3.916	3.657

(*) Não revisado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (1) Receitas referentes a disponibilidade de infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2026, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.578/2026; e
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 585 (R\$ 339 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 891 (R\$ 766 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 35 (R\$ 27 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 12 (R\$ 12 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção modicidade Eletrobrás.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
CVA e neutralidade				
Energia (1)	(66)	160	172	106
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	17	(77)	24	(105)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	(29)	13	86	8
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	10	(10)	46	(87)
Neutralidade (5)	6	(6)	1	13
PROINFA (6)	(1)	-	(15)	15
	(63)	80	314	(50)
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (7)	47	(36)	64	(76)
Risco hidrológico (8)	(5)	2	(3)	9
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (9)	(36)	(36)	(70)	(69)
Reversão pagamento escassez hídrica (10)	2	-	13	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (11)	69	73	142	146
Modicidade Eletrobras (12)	(9)	(11)	(9)	8
Uso do Bem Público (nota 11)	182	-	182	-
Neutralidade PIS/COFINS (13)	2	1	5	(6)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	-	(32)	-	(32)
Financeiro CDE GD (14)	(18)	-	14	-
Outros	(2)	19	3	17
	232	(20)	341	(3)
Total	169	60	655	(53)

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2025 e 2026;
- (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2025 e 2026;
- (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético - CDE, relativas às competências de janeiro a junho de 2026, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito de repasse na tarifa;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2025 e 2026;
- (5) CVA ativa, referente ao Componente Financeiro previsto nos submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, destaque para a extensão da neutralidade para toda a Parcela A, em função do aditivo contratual de renovação da concessão, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados no processo tarifário de 2026;
- (6) CVA passiva, em função da REH nº 3.558/2025, que estabelece, para o ano de 2026, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a devolver;
- (7) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor a maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (8) CVA passiva, referente ao Componente Financeiro estabelecido pela ANEEL através do Submódulo 4.4 do PRORET, como previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas;
- (9) Constituição passiva, referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET;
- (10) A CVA ativa, referente à reversão da cobertura de recursos provenientes da Conta de Comercialização de Energia Elétrica (CCE), utilizados para intermediar o repasse do Encargo da CDE – Conta Escassez Hídrica na tarifa, reconhecimento realizado no processo tarifário de 2026;
- (11) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2026 R\$ (270) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até junho de 2026, e um valor ativo de R\$ 142 em contrapartida da redução da receita;
- (12) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021, os Despachos ANEEL nº 1.239/2024 e nº 1.536/2025 e nº 1.894/2026, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ (9) em 30 de junho de 2026;
- (13) Constituição de um ativo financeiro decorrente da neutralidade do valor de PIS/COFINS homologado no último processo tarifário com referência ao mercado faturado; e
- (14) CVA Constituição ativa, referente ao Financeiro CDE GD estabelecido conforme REH nº 3.484/2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3.3 Outras receitas

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Arrendamentos e aluguéis	45	35	86	68
Comissão serviços de terceiros	2	5	7	10
Renda da prestação de serviços	23	-	37	9
Serviço taxado	2	3	4	5
(-) Compensações regulatórias (I)	(8)	(7)	(24)	(35)
Outras receitas	1	-	1	1
Total	65	36	111	58

(I) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL n° 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobranças ou suspensão indevida.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Três meses findos em		Três meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
		GWh (*)		R\$
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado – ACR	4.168	3.952	(972)	(912)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP	-	-	(221)	(189)
Energia curto prazo - PLD e MRE	-	68	7	(24)
Contratos por cotas de garantia física	592	671	(125)	(137)
Energia adquirida contrato bilateral	402	402	(146)	(147)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	99	173	(37)	(54)
Energia MMGD	104	235	(45)	(59)
Outros	88	90	(38)	(48)
Subtotal	5.453	5.591	(1.577)	(1.570)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	143	131
Total	5.453	5.591	(1.434)	(1.439)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(360)	(322)
Encargos de conexão			(28)	(27)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS			(1)	46
Encargo de Energia de Reserva – EER			(100)	(124)
Outros encargos			(23)	(5)
Subtotal			(512)	(432)
Créditos de PIS e COFINS			47	39
Total			(465)	(393)
Total dos custos com energia elétrica	5.453	5.591	(1.899)	(1.832)

(*) Não revisado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	GWh (*)		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	8.221	7.776	(1.938)	(1.740)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(515)	(240)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	109	180	(27)	(30)
Contratos por cotas de garantia física (4)	1.137	1.433	(252)	(274)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	799	799	(294)	(280)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	194	344	(72)	(108)
Energia MMGD (6)	189	235	(56)	(59)
Outros	167	172	(76)	(96)
Subtotal	10.816	10.939	(3.230)	(2.827)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	294	240
Total	10.816	10.939	(2.936)	(2.587)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(716)	(643)
Encargos de conexão			(56)	(53)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (7)			(4)	44
Encargo de Energia de Reserva - EER (8)			(198)	(222)
Outros encargos			(41)	(11)
Subtotal			(1.015)	(885)
Créditos de PIS e COFINS			93	83
Total			(922)	(802)
Total dos custos com energia elétrica	10.816	10.939	(3.858)	(3.389)

(*) Não revisado.

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A variação do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do início de novos contratos e reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de abril de 2026;
- (2) A variação é decorrente do aumento PLD médio do NE de 2026 (235,07 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2025 (106,65 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) Variação decorrente da compra de energia no mercado de curto prazo e de ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- (4) A variação é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2026 (REH nº 3.872/2025) em relação a 2025;
- (5) A variação é decorrente do reajuste das tarifas dos geradores a partir de 22 abril de 2026;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (6) Corresponde à variação da energia injetada de MMGD e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica. A partir do processo tarifário de 2025, esse montante está apresentado líquido da energia repassada pela ANEEL para fins de modicidade tarifária, como dedução do requisito no cálculo da cobertura tarifária, conforme Despacho ANEEL nº 684/2025;
- (7) Variação do custo com ESS Brasil devido a variação da premissa Brasil; e
- (8) Variação no custo de Encargo de Energia de Reserva (Brasil) em função da variação da receita fixa das geradoras em 2026, comparado com 2025.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Pessoal	(62)	(56)	(118)	(109)
Material	(458)	(463)	(989)	(844)
Serviços de terceiros	(490)	(454)	(890)	(786)
Juros sobre obras em andamento	(21)	(14)	(35)	(24)
Outros	(12)	(12)	(20)	(22)
Obrigações especiais	-	18	25	61
Total	(1.043)	(981)	(2.027)	(1.724)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Três meses findos em				
30/jun/26				
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(91)	(44)	(85)	(220)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(140)	(5)	(59)	(204)
Depreciação e amortização (I)	(247)	-	(36)	(283)
Provisão para processos judiciais	-	-	(35)	(35)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas	(23)	-	(3)	(26)
Total	(501)	(49)	(221)	(771)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Três meses findos em			30/jun/25
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(88)	(44)	(87)	(219)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(118)	(6)	(49)	(173)
Depreciação e amortização (I)	(222)	-	(34)	(256)
Provisão para processos judiciais	-	-	(22)	(22)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas	(13)	-	(12)	(25)
Total	(441)	(50)	(207)	(698)

(I) Nos três meses findos em 30 de junho de 2026 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 293 (R\$ 265 nos três meses findos em 30 de junho de 2025).

	Seis meses findos em			30/jun/26
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(202)	(77)	(168)	(447)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros	(271)	(11)	(96)	(378)
Depreciação e amortização (I)	(476)	-	(73)	(549)
Provisão para processos judiciais	-	-	(61)	(61)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(11)	(11)
Outras receitas e despesas, líquidas	(46)	-	(24)	(70)
Total	(995)	(88)	(436)	(1.519)

	Seis meses findos em			30/jun/25
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(190)	(74)	(161)	(425)
Administradores	-	-	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(235)	(12)	(84)	(331)
Depreciação e amortização (I)	(436)	-	(66)	(502)
Provisão para processos judiciais	-	-	(44)	(44)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(9)	(9)
Outras receitas e despesas, líquidas	(30)	(1)	(24)	(55)
Total	(891)	(87)	(390)	(1.368)

(I) Em 30 de junho de 2026 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 568 (R\$ 519 em 30 de junho de 2025).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



7. RESULTADO FINANCEIRO

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	55	21	131	59
(-) Tributos sobre receita financeira	(9)	(8)	(17)	(13)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	39	33	64	67
Atualização de depósitos judiciais	13	15	23	25
Atualização do passivo financeiro setorial	8	-	8	-
Outras receitas financeiras	8	3	8	5
	114	64	217	143
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(623)	(427)	(1.172)	(849)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(23)	(23)	(45)	(46)
Atualização do passivo financeiro setorial	12	(7)	-	(36)
Atualização de provisões para processos judiciais	(21)	(19)	(50)	(34)
Outras despesas financeiras	(66)	(65)	(138)	(134)
	(721)	(541)	(1.405)	(1.099)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2(c)) (2)	(156)	(92)	(267)	(168)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2(c)) (2)	228	165	643	498
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (2)	(348)	(199)	(874)	(600)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (2)	178	81	309	152
Perdas com variações cambiais e monetárias	(30)	(31)	(57)	(62)
Ganhos com variações cambiais e monetárias (nota 8.1.1)	42	86	74	108
	(86)	10	(172)	(72)
Resultado financeiro líquido	(693)	(467)	(1.360)	(1.028)

- (1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo volume da dívida e pela taxa de juros; e
- (2) Redução cambial similar aos seis meses do ano passado, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente despesa nos derivativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	395	569	927	1.184
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(134)	(193)	(315)	(403)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	46	42	92	78
Incentivos fiscais	23	1	23	43
Atualização SELIC indêbitos tributários (I)	14	303	25	303
Outras adições (reversões) permanentes	(3)	(1)	(5)	4
Tributos sobre o lucro	(54)	152	(180)	25
Alíquota efetiva	14%	-27%	19%	-2%
Corrente	22	161	22	144
Diferido	(76)	(9)	(202)	(119)

(I) A Companhia havia concluído pelo não reconhecimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL referentes à atualização monetária de indêbitos tributários relacionados com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Porém, no segundo trimestre de 2025, a Administração reavaliou entendimento em função de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico tributárias, resultando no reconhecimento de créditos tributários de IRPJ e CSLL.

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	30/jun/26	31/dez/25
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	162	113
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	5	10
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	277	281
Provisão para processos judiciais	141	144
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	84	83
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	43	44
Arrendamentos capitalizados	2	2
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	72	69
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	20	31
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(1.964)	(1.748)
Capitalização de juros de dívida	(120)	(116)
Valor justo de instrumentos financeiros	(34)	(31)
Outros	19	22
Total passivo não circulante	(1.293)	(1.096)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.096)
Efeitos reconhecidos no resultado	25	(227)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	5
Transferências entre ativos e passivos	(25)	25
Saldo em 30 de junho de 2026	-	(1.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(819)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(119)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(30)
Saldo em 30 de junho de 2025	-	(968)

8.1.3 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

8.2 Ressarcimento à consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo integralmente repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/22.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324, e acabou ratificada pelo Supremo Tribunal Federal - STF em julgamento finalizado em 14 de agosto de 2025, no qual também foi determinada a observância de um prazo prescricional de 10 (dez) anos para a devolução desses valores aos consumidores. O acórdão dessa decisão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

No entanto, remanesceram pontos de contrariedade, imprecisões e ambiguidade no acórdão, passíveis de esclarecimento, a exemplo da forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial e a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido o que motivou iniciativa de oposição de embargos de declaração pela ABRADEE para dirimir tais dúvidas. O STF pautou o exame de tal recurso para a sessão virtual, entre os dias 03 e 13 de abril de 2026. Iniciado o julgamento, este foi interrompido por pedido de destaque, sem data prevista para a sua retomada. A Administração da Companhia aguarda o julgamento desses embargos para uma eventual alteração das estimativas contabilmente reconhecidas até o momento.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período, estão demonstrados a seguir:

	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	786	1.022
Atualização monetária	31	40
Compensação	(158)	(158)
Saldo final do período	659	904
Circulante	316	316
Não circulante	343	588

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/jun/26	31/dez/25
Caixa e depósitos bancários à vista	19	94
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.085	622
Fundos de Investimento	420	1.639
Total	1.524	2.355

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 30 de junho de 2026 é de 99,98% (99,88% em 31 de dezembro de 2025) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 30 de junho de 2026 e 2025, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	30/jun/26	31/dez/25
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	420	1.638
CDB	-	1
Total	420	1.639

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pelo grupo Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	30/jun/26			31/dez/25		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	4.337	(1.167)	3.170	4.081	(1.097)	2.984
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	13	-	13	13	-	13
Disponibilidade da rede elétrica	399	(1)	398	361	(1)	360
Subvenções e subsídios governamentais	252	-	252	278	-	278
Outros recebíveis	288	(119)	169	273	(114)	159
Total	5.289	(1.287)	4.002	5.006	(1.212)	3.794
Ativo circulante			3.598			3.625
Ativo não circulante			404			169

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Os recebíveis alienados e integralmente baixados representam um deslocamento positivo de caixa, na média, de 36 dias.

O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras nos 6 meses findos dos respectivos períodos, estão apresentados a seguir:

	30/jun/2026	30/jun/2025
Subvenções e subsídios governamentais	612	354
Valor de face antes da alienação	612	354
Fluxo de caixa recebido pela alienação	604	350
Deságio nominal praticado	1,33%	0,99%
Taxa equivalente prefixada	14,7% a.a	16,6% a.a

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha Outras despesas financeiras, no momento da alienação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Em 30 de junho de 2026, a Companhia na função de agente de cobrança monitorava os valores a serem coletados e repassados para as instituições financeiras nos montantes de R\$ 413.

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	30/jun/2026		31/dez/2025	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	1.540	(713)	1.517	(650)
Comercial	701	(240)	672	(232)
Industrial	292	(72)	256	(71)
Rural	362	(115)	357	(120)
Poder público	224	(6)	198	(6)
Iluminação pública	125	(2)	119	(2)
Serviço público	171	(5)	167	(4)
Não faturado	922	(14)	795	(12)
Total	4.337	(1.167)	4.081	(1.097)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	30/jun/2026		31/dez/2025	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	1.944	(33)	1.804	(32)
Saldos vencidos:	2.393	(1.134)	2.277	(1.065)
Entre 1 e 90 dias	600	(29)	595	(27)
Entre 91 e 180 dias	157	(36)	132	(30)
Entre 181 e 360 dias	206	(74)	209	(70)
Acima de 360 dias	1.430	(995)	1.341	(938)
Total	4.337	(1.167)	4.081	(1.097)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	(1.212)	(1.067)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(104)	(96)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	29	23
Saldo final do período	(1.287)	(1.140)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



II. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	30/jun/26			31/dez/25		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia (nota 3.2)	492	-	492	382	(90)	292
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	18	(22)	(4)	10	(37)	(27)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (nota 3.2)	263	-	263	162	(4)	158
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.2)	127	-	127	75	-	75
Neutralidade (nota 3.2)	5	(22)	(17)	2	(20)	(18)
Outros	-	(10)	(10)	6	-	6
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	-	(106)	(106)	-	(160)	(160)
Risco hidrológico	-	(289)	(289)	-	(276)	(276)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	-	(687)	(687)	-	(577)	(577)
CDE Modicidade Eletrobrás (nota 3.2)	-	(22)	(22)	-	(13)	(13)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	38	(154)	(116)	132	(247)	(115)
Uso do Bem Público (3)	183	-	183	-	-	-
RTE COVID (4)	122	-	122	122	-	122
Financeiro CDE GD (nota 3.2)	114	-	114	97	-	97
Outros	11	(31)	(20)	4	(45)	(41)
Total	1.373	(1.343)	30	992	(1.469)	(477)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	768	(468)	300	28	(499)	(471)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	605	(875)	(270)	964	(970)	(6)
Total	1.373	(1.343)	30	992	(1.469)	(477)
Ativo circulante			490			-
Passivo circulante			-			(82)
Passivo não circulante			(460)			(395)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Coelba

- (1)

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apurou um passivo de R\$ (106), decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (2)

A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário de 2026, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2026 a março de 2027, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal;
- (3)

CVA ativa, em função da antecipação no reconhecimento do Uso do Bem Público (UBP) no valor de R\$ 183, conforme Lei 15.235/2025; e
- (4)

CVA ativa, decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública nº 37 de 2024.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui o direito de exploração da área de concessão pelos próximos 31 anos, dos quais os últimos 30 anos estão vinculados ao direito de uso da infraestrutura entre 23 de julho de 2027 e 08 de agosto de 2057, prorrogado antecipadamente em 06 de maio de 2026.

A concessão não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e direitos vinculados à infraestrutura necessária à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no período:

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	20.867	17.709
Baixas	(6)	(10)
Transferência ativo contratual (1)	1.051	725
Transferência ativo intangível - Renovação da concessão (2)	(21.743)	-
Ajustes a valor justo (3)	633	584
Saldo final do período	802	19.008
Ativo não circulante	802	19.008

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como Ativo de Contrato;
- (2) Em 06 de maio de 2026, a Companhia exerceu o direito de prorrogar antecipadamente a concessão por mais 30 anos, além do período originalmente contratado. Com isso, no ato da assinatura do contrato, passou a deter o direito de explorar o serviço público de distribuição de energia elétrica até 2057. Nesse contexto, o ativo financeiro foi utilizado como contrapartida para adquirir esse direito de prorrogar antecipadamente a concessão por mais 30 anos, no montante de R\$ 21.743, sendo este reclassificado para o ativo intangível;
- (3) A Companhia realizou a remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 633 em 30 de junho de 2026. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e pela adequação do ativo financeiro mediante laudo ANEEL 6º ciclo, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

12.2 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	3.353	2.335
Adições (I)	2.067	1.740
Baixas	(22)	(18)
Transferências - intangíveis em serviço (I)	(755)	(111)
Transferências - ativos financeiros (I)	(1.051)	(725)
Transferências - outros (2)	(10)	7
Saldo final do período	3.582	3.228
Custo	3.846	3.482
Obrigações especiais	(264)	(254)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível; e
- (2) Transferências ocorridas entre obras/estoques/desativação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,51%
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.488
Baixas	(9)
Amortização	(559)
Transferências - ativo financeiro - Renovação da Concessão (1)	21.743
Transferências - ativo contratual (2)	755
Saldo em 30 de junho de 2026	23.418
Custo	39.166
Amortização acumulada	(11.408)
Obrigações especiais	(4.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.272
Baixas	(5)
Amortização	(504)
Transferências - ativo contratual (2)	111
Saldo em 30 de junho de 2025	1.874
Custo	12.755
Amortização acumulada	(10.224)
Obrigações especiais	(657)

(1) A Companhia exerceu o direito de prorrogar antecipadamente a concessão por mais 30 anos, além do período originalmente contratado. Para mais detalhes veja a nota explicativa nº 12; e

(2) Referem-se a direitos classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

A Companhia detém o direito de exploração da área de concessão por dois períodos consecutivos de 30 anos, sendo o último período prorrogado antecipadamente em 06 de maio de 2026. O 1º período abrange a prestação dos serviços públicos na área concedida até 23 de julho de 2027, enquanto o 2º período garante esse direito de 23 de julho de 2027 a 08 de agosto de 2057. Para mais detalhes veja as notas explicativas nº 1 e 12.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	30/jun/26	31/dez/25
Energia elétrica	705	721
Encargos de uso da rede	172	168
Materiais e serviços	613	704
Energia livre (1)	90	85
Total	1.580	1.678
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (2)	1.580	1.678
Circulante	1.490	1.593
Não circulante	90	85

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição; e

(2) Inclui o programa de Antecipa Fácil.

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (passivo original), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

A Companhia operacionaliza essas transações da seguinte forma:

- **Plataforma Antecipa Fácil:** A plataforma, 100% digital, é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. A Antecipa Fácil, por sua vez, aciona variadas instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o fornecedor e qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em conta-bancária consignada, informada pela plataforma.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da seguinte forma:

	30/jun/26	30/jun/25
Plataforma Antecipa Fácil	99	104
Total desembolsado	99	104
Fluxo de caixa das atividades operacionais	30	23
Fluxo de caixa das atividades de investimento	69	81

O valor das obrigações está apresentado como segue:

	30/jun/26	31/dez/25
Plataforma Antecipa Fácil	24	32
Total	24	32
Circulante	24	32
Prazo médio de pagamento	60 dias	59 dias

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	30/jun/26	31/dez/25
Empréstimos e financiamentos bancários	1.145	1.780
Agências de fomento	6.309	5.898
Mercado de capitais	13.840	12.630
Empréstimos e financiamentos (I)	21.294	20.308
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	567	174
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(1.524)	(2.355)
Títulos e valores mobiliários	(315)	(349)
Dívida líquida	20.022	17.778

(I) Em 30 de junho de 2026, os empréstimos e financiamentos estão apresentados líquidos dos depósitos em garantias R\$ (19) (R\$ (18) em 31 de dezembro de 2025), nota 15.2 (a), vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$).

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	30/jun/26	31/dez/25
Denominados em R\$	17.581	16.163
Indexados a taxas flutuantes	12.941	12.704
Indexados a taxas fixas	4.640	3.459
Denominados em US\$	3.377	4.217
Indexados a taxas flutuantes	2.234	2.443
Indexados a taxas fixas	1.143	1.774
Denominados em outras moedas	685	251
Indexados a taxas fixas	685	251
	21.643	20.631
(-) Depósitos em garantias	(19)	(18)
(-) Custos de transação	(330)	(305)
	21.294	20.308
Passivo circulante	2.027	2.374
Passivo não circulante	19.267	17.934

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	30/jun/26	31/dez/25
Custo médio em % CDI (1)	83,3%	81,5%
Custo médio em taxa pré (2)	12,3%	11,8%
Saldo da dívida	21.294	20.308
Instrumentos financeiros derivativos	567	174
Dívida total líquida de derivativos	21.861	20.482

(1) Custo médio em taxa pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e

(2) Resultado de dívida acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da dívida bruta.

b) Fluxo de pagamentos futuros da dívida

O fluxo de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

	Principal (I)	Juros (I)	Instrumentos derivativos	Total
2026	1.016	876	241	2.133
2027	1.216	1.846	299	3.361
2028	2.587	1.782	252	4.621
2029	3.396	1.432	103	4.931
2030	2.959	1.218	67	4.244
Entre 2031 e 2035	13.008	2.411	(654)	14.765
Entre 2036 e 2040	825	68	-	893
Total	25.007	9.633	308	34.948

(I) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 30 de junho de 2026 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de junho de 2026, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 5,02 anos (4,93 anos em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	20.308	16.309
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (I)	3.164	1.094
Amortizações de principal	(2.073)	(1.714)
Custo de captação	(55)	(42)
Pagamento de encargos de dívida	(907)	(672)
Depósitos em garantias	(I)	22
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	1.235	865
Variação cambial	(266)	(403)
Marcação a valor justo	(III)	74
Saldo final do período	21.294	15.533

- (I) No período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, a Companhia captou o montante de R\$ 3.164, pela Companhia sendo: (i) R\$ 700 via 24ª emissão de debêntures, série única, taxa de juros de Prefixada de 14,22% a.a. com prazo de vencimento em até 7 anos; (ii) R\$ 1.132 via 23ª emissão de debêntures, 1ª série, taxa de juros de IPCA + 7,01% a.a. com prazo de vencimento em até 5 anos; (iii) R\$ 568 via 23ª emissão de debêntures, 2ª série, taxa de juros de Prefixada de 12,54% a.a. com prazo de vencimento em até 7 anos; e (iv) R\$ 764 via financiamento em moeda estrangeira, taxa de juros de CDI - 0,04% a.a. com prazo de vencimento em até 8 anos.

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía 91% dos contratos de dívidas com cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (I)	Medição em 30/jun/26 (2)	Medição em 31/dez/25 (2)
Consolidado Neoenergia (2):			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,48	3,41
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,37	2,46
Companhia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,73	3,29
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,19	2,47

- (I) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; e
- (2) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps* e/ou a termo com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de riscos estão expostas na nota 20.6.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	30/jun/26	31/dez/25
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	(1)	(1)
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(292)	13
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(167)	(148)
Swap de taxas de juros - R\$	(107)	(37)
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	-	(1)
Exposição líquida	(567)	(174)
Ativo circulante	40	59
Ativo não circulante	122	173
Passivo circulante	(193)	(141)
Passivo não circulante	(536)	(265)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	30/jun/26	31/dez/25
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(549)	(259)
Contratados para proteção de outras operações	-	(1)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	(18)	86
	(567)	(174)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	30/jun/26			Seis meses findos em 30/jun/25		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	(173)	(1)	(174)	447	3	450
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(565)	-	(565)	(448)	-	(448)
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	(1)	(1)	-	-	-
Liquidação financeira entradas (saídas)	200	3	203	(94)	(1)	(95)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(30)	-	(30)	75	(2)	73
Saldo final	(568)	1	(567)	(20)	-	(20)
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(565)	-	(565)	(448)	-	(448)

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	299	130	24	13	466
Adições e reversões, líquidas	46	20	-	-	66
Pagamentos	(82)	(35)	-	-	(117)
Atualizações monetárias	41	11	1	1	54
Saldos em 30 de junho de 2026	304	126	25	14	469
Circulante					181
Não circulante					288

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	279	146	26	12	463
Adições e reversões, líquidas	41	6	(1)	-	46
Pagamentos	(57)	(27)	-	-	(84)
Atualizações monetárias	29	8	(2)	1	36
Saldos em 30 de junho de 2025	292	133	23	13	461
Circulante					161
Não circulante					300

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	30/jun/26	31/dez/25
Processos cíveis	2.191	2.094
Processos trabalhistas	1.220	1.121
Processos fiscais	914	871
Processos regulatórios	350	333
Total	4.675	4.419

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores envolvidos, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	30/jun/26	31/dez/25
Processos cíveis	471	451
Processos trabalhistas	243	233
Processos fiscais	189	182
Outros processos	79	78
Total	982	944

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 0,5% para os demais processos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



17. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida); e (iii) plano de saúde pós-emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/jun/26	31/dez/25
Obrigações trabalhistas e PLR	176	221
Benefícios pós-emprego	869	868
Total	1.045	1.089
Ativo não circulante - outros (I)	(15)	(14)
Passivo circulante	221	310
Passivo não circulante	839	793

(I) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PNA e PNB), todas sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado por decisão do Conselho de Administração até o limite autorizado e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral, sem guardar proporção entre as espécies ou classes de ações existentes.

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.050 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988 (R\$ 2.988 em 31 de dezembro de 2025).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref.B	R\$	Ações	Total R\$
Neoenergia S.A.	149.640.415	1.706	26.906.665	306	82.878.409	945	259.425.489	2.957
Outros	2.357.194	27	313.404	4	-	-	2.670.598	31
Total	151.997.609	1.733	27.220.069	310	82.878.409	945	262.096.087	2.988

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B” têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

18.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	192	405	420	679
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	34	73	75	122
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	115	243	252	408
Total	341	721	747	1.209
Em unidades de ações				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	151.997.609	151.997.609	151.997.609	151.997.609
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	27.220.069	27.220.069	27.220.069	27.220.069
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	82.878.409	82.878.409	82.878.409	82.878.409
Total	262.096.087	262.096.087	262.096.087	262.096.087
Lucro básico e diluído por ação				
Ação ordinária (R\$)	1,26	2,67	2,76	4,47
Ação preferencial A (R\$)	1,26	2,67	2,76	4,47
Ação preferencial B (R\$)	1,39	2,93	3,04	4,92

b) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração aprovou, em 05 de março de 2026, a título de remuneração antecipada do exercício de 2026 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 112 (R\$ 135 menos R\$ 23 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

O Conselho de Administração aprovou, em 19 de junho de 2026, a título de remuneração antecipada do exercício de 2026 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 111 (R\$ 134 menos R\$ 23 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



18.3 Reservas de capital

a) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 19 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

b) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 339, sendo R\$ 383 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 44 que corresponde a valor já capitalizado.

c) Gastos com emissão de ações

Valor de gasto incremental R\$ (2) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (IAS 32).

18.4 Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 562.

b) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.979.

c) Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.331.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. Maiores detalhes das principais transações estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo:

19.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	30/jun/26			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos	-	-	31	31
	-	-	31	31
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	10	-	71	81
Benefícios a empregados	-	-	4	4
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	322	16	338
Outros passivos	2	-	-	2
	12	322	91	425

	31/dez/25			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos	-	61	13	74
	-	61	13	74
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	12	-	75	87
Benefícios a empregados	-	-	8	8
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	103	13	116
Outros passivos	1	-	-	1
	13	103	96	212

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**19.2 Transações com partes relacionadas**

	Seis meses findos em 30/jun/26			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Custos dos serviços	(56)	-	(326)	(382)
Despesas gerais e administrativas	(13)	-	(16)	(29)
Resultado financeiro líquido	-	(61)	-	(61)
	(69)	(61)	(342)	(472)

	Seis meses findos em 30/jun/25			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Custos dos serviços	(54)	-	(309)	(363)
Despesas gerais e administrativas	(5)	-	(15)	(20)
Resultado financeiro líquido	-	(80)	-	(80)
	(59)	(80)	(324)	(463)

19.3 Remuneração da Administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do período pelo regime de competência é como segue:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Salários e benefícios recorrentes	-	1	1	2
Outros benefícios de curto prazo	1	-	1	-
Benefícios de longo prazo	-	-	1	-
	1	1	3	2

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	30/jun/26			31/dez/25		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.104	-	420	716	-	1.639
Títulos e valores mobiliários	4	-	311	6	-	343
Contas a receber de clientes e outros	5.289	-	-	5.006	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	52	110	-	92	140
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	490	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	802	-	-	20.867
Outros ativos	160	-	-	122	-	-
Total	7.047	52	1.643	5.850	92	22.989
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.580	-	-	1.678	-	-
Empréstimos e financiamentos	16.530	-	4.764	16.650	-	3.658
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	460	-	-	477	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	601	128	-	352	54
Passivo de arrendamento	59	-	-	48	-	-
Outros passivos	431	-	-	418	-	-
Total	19.060	601	4.892	19.271	352	3.712

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

20.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 20.7 (análise de sensibilidade).

20.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	30/jun/26			31/dez/25		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	420	-	420	1.639	-	1.639
Títulos e valores mobiliários	311	-	311	343	-	343
Instrumentos financeiros derivativos	162	-	162	232	-	232
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	802	802	-	20.867	20.867
	893	802	1.695	2.214	20.867	23.081
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	4.764	-	4.764	3.658	-	3.658
Instrumentos financeiros derivativos	729	-	729	406	-	406
Outros passivos	-	-	-	-	-	-
	5.493	-	5.493	4.064	-	4.064

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 633 e R\$ 584 respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

20.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	30/jun/26		31/dez/25	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	16.530	16.474	16.650	16.821

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

20.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2025.

20.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	US\$ 45	US\$ 53	2029	234	291
Passivo	R\$ 147	R\$ 171		(144)	(168)
Líquido				90	123

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Os programas abaixo são designados para contabilidade de hedge e classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	US\$ 386	US\$ 391	2030-2035	1.941	2.116
Passivo	R\$ 2.155	R\$ 2.177		(2.139)	(2.159)
Líquido				(198)	(43)

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	US\$ 221	US\$ 323	2026-2029	1.143	1.777
Passivo	R\$ 1.309	R\$ 1.819		(1.326)	(1.844)
Líquido				(183)	(67)

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Desembolso USD					
Termo	US\$ 3	US\$ 3	2026-2027	(1)	(2)
Líquido				(1)	(2)

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Desembolso EUR					
Termo	€ 1	€ 1	2026	-	-
Líquido				-	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Programa de *hedge* para desembolsos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *swaps* para mitigar a exposição.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	R\$ 4.927	R\$ 3.632	2030-2035	4.637	3.452
Passivo	R\$4.931	R\$ 3.636		(4.745)	(3.489)
Líquido				(108)	(37)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos para desembolsos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	JPY 21.524	JPY 7.150	2026-2031	653	243
Passivo	R\$ 829	R\$ 384		(820)	(391)
Líquido				(167)	(148)

20.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 66 dias úteis (ou 93 dias corridos) a partir de 30 de junho de 2026.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 30 de junho de 2026.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do	5,1766	(3.378)	(3.444)	(517)	(1.033)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)	Dólar		3.318	3.383	507	1.015
Exposição Líquida				(60)	(61)	(10)	(18)
Dívida em Iene	Iene	Alta do	0,0318	(685)	(704)	(106)	(211)
Swap Ponta Ativa em Iene	(JPY)	Iene		653	671	101	201
Exposição Líquida				(32)	(33)	(5)	(10)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,1766	(16) 16	2 (2)	5 (5)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	5,9106	(4) 4	1 (1)	1 (1)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,15%	1.839	62	(9)	(18)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,15%	(4.990)	(182)	(26)	(51)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,15%	(9.336)	(305)	(43)	(86)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,72%	(7.918)	(211)	(15)	(29)
Dívida em SOFR	SOFR	Alta da SOFR	3,68%	(381)	(5)	(1)	(1)
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta da SOFR	3,68%	381	5	1	1

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Contadora

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC-BA-Nº 017210/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA
Salvador - BA

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21 (R1) e IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Edgard Santos nº 300, Narandiba, Salvador/BA, CEP: 41181-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA COELBA relativas ao período findo em 30 de junho de 2026; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório de revisão da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA COELBA alusivas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Salvador, 21 de julho de 2026.

Fabiana Carvalho Lopes
Diretora Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Edgard Santos nº 300, Narandiba, Salvador/BA, CEP: 41181-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA COELBA relativas ao período findo em 30 de junho de 2026; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório de revisão da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA COELBA alusivas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Salvador, 21 de julho de 2026.

Fabiana Carvalho Lopes
Diretora Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação